

Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre estudos de sociologia do envelhecimento

Some theoretical and methodological considerations on Ageing Sociology studies

Rosa Maria da
Exaltação Coutrim*

Resumo

Este artigo trata do envelhecimento humano sob a perspectiva histórica e sociológica ressaltando a importância do olhar analítico e crítico do pesquisador sobre a construção da velhice como problema social e da generalização do fenômeno. Fruto de uma pesquisa qualitativa sobre o cotidiano do trabalho e da família dos idosos trabalhadores de baixa renda em Belo Horizonte, este estudo traz algumas propostas metodológicas de abordagem sociológica do envelhecimento e levanta questões importantes a serem esclarecidas antes e durante a pesquisa deste tema construído historicamente e socialmente, mas que também está diretamente ligado à realidade individual de finitude do corpo.

Palavras-chave:

envelhecimento/
história; sociologia/
métodos; dados
demográficos

Abstract

This article deals with human ageing from a historical and sociological perspective, emphasizing the importance of the researcher's analytical and critical view on old age as a social and general issue. As a result of a qualitative research conducted with low income elderly people who informally work on the streets of Belo Horizonte and their families, this study presents some methodological proposals of ageing's sociological approach and raises important questions to be explained before and during a research on this historically and socially constructed theme, which is also directly linked to the individual reality of the body's end.

Key words:

aging/
history; sociology/
methods;
demographic data

Correspondência / Correspondence

Rosa Maria da Exaltação Coutrim

Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais,
Departamento de Educação.

Rua do Seminário s/n -Centro

35420-000 - Mariana, MG - Brasil

E-mail: rosaexcoutrim@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

If the aged in our generation and in our society present a 'problem to be solved', it is a problem which has never been solved in the past, because it did not then exist. (Peter Laslett³⁰, 1977. *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*).*

O envelhecimento populacional tem sido amplamente divulgado e já é de conhecimento do senso comum. Mas ao tratar desse tema - caminho inexorável a ser traçado por todos os seres vivos - muitos questionamentos precisam ser feitos. A velhice é um problema social ou sociológico? Os idosos de hoje têm o mesmo perfil dos idosos de meio século atrás? Estas são apenas algumas questões que precisaram ser respondidas antes de um pesquisador das Ciências Humanas iniciar um estudo sobre envelhecimento.

Questionamentos como os enumerados acima e muitos outros relativos ao envelhecimento não são inéditos. Nas últimas quatro décadas, as ciências têm demonstrado maior interesse no processo de envelhecimento humano e, logicamente, nas conseqüências que este traz para o indivíduo e a sociedade. A sociologia é uma dessas ciências; no entanto, como outros fenômenos, a velhice enquanto problema social existe há mais tempo do que enquanto problema sociológico.

No Brasil as pesquisas que abordam o tema datam, em sua maioria, dos anos 1980

aos dias atuais^{**}. O recente interesse dos pesquisadores tem relação direta com o aumento da população idosa no país e com os novos papéis sociais que uma crescente parcela dessa população vem assumindo. Contudo, em meio à profusão de textos a respeito do processo biopsicossocial do envelhecimento, pouca atenção tem sido dada à postura do pesquisador diante deste fenômeno do qual ele e seus entes queridos fazem parte. Dessa forma, ao tratar de temas que ainda hoje se constituem tabus, como velhice e morte, é necessário que o investigador tome cuidado para não naturalizar o fenômeno e faça questionamentos sobre a constituição social do mesmo levantando hipóteses teoricamente fundamentadas.

O artigo em questão trata do olhar sociológico a respeito do envelhecimento humano, bem como questões relativas à construção histórica do conceito de velhice e do discurso atual sobre o assunto. Para isso, discute a preocupação corrente a respeito da importância, para o pesquisador, de se ocupar não apenas com a análise^{***} crítica do fenômeno, mas também com o arcabouço teórico-metodológico escolhido para a investigação. Seu objetivo principal é oferecer aos pesquisadores do envelhecimento humano, elementos para a reflexão sobre a relevância da metodologia para a pesquisa do tema.

A necessidade de realizar este estudo surgiu de uma dificuldade da pesquisadora em abor-

* "Se o envelhecimento em nossa geração e em nossa sociedade representa um 'problema a ser resolvido', este é um problema que nunca foi resolvido no passado porque ele não existia" (tradução da autora).

** Debort12 (1999) faz um consistente balanço da bibliografia internacional a respeito do envelhecimento humano nas ciências sociais. Embora aponte trabalhos publicados já nos anos 1960, os anos 1980 foram os mais profícuos para os estudos sobre o tema.

*** O termo *análise* deriva do grego e significa a decomposição do todo em partes.

dar empiricamente seu objeto de investigação. Ao tratar de temáticas como trabalho, envelhecimento e família numa única pesquisa sobre o cotidiano de idosos que trabalham informalmente nas ruas*, foi possível perceber claramente a importância da metodologia como eixo norteador do trabalho no processo de inter-relacionamento da teoria com a prática.

METODOLOGIA

Nesta investigação de abordagem qualitativa foram estudados 23 casos de homens e mulheres idosos que, apesar de estarem aposentados, continuam trabalhando como engraxates, camelôs, catadores de recicláveis etc. Para isso, foram traçados objetivos norteadores, como:

- conhecer como se constitui o cotidiano dos idosos que trabalham informalmente na cidade de Belo Horizonte;
- compreender quais os motivos que levaram esta população ao mercado de trabalho informal na velhice;
- investigar o papel econômico destes idosos na família.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A pesquisa permitiu enxergar uma realidade familiar inesperada pela pesquisadora. Constatou-se que esses idosos se mantêm como provedores principais de seus domicí-

lios, que são, em quase todos os casos, coabitados por filhos, filhas e netos. Esses jovens estão, em sua maioria, desempregados ou subempregados e com uma renda insuficiente para manter sua própria moradia. O trabalho desses idosos, por sua vez, apesar de desgastante e insalubre, lhes confere não somente maior renda, mas também garante uma rede de solidariedade e amizades fora do domicílio. Detentor dos maiores rendimentos na família, o idoso provedor estabelece um papel de liderança ou mesmo de destaque perante os jovens, reconfigurando, assim, a relação de poder doméstico. Percebeu-se também que, embora os conflitos estejam presentes no dia-a-dia, existe uma relação de apoio intergeracional dentro do domicílio, o que garante não apenas a sua manutenção material, mas também o apoio afetivo aos idosos.

Dessa forma, a pesquisa executada de 2002 a 2004 sobre a velhice de pessoas pobres auxiliou a pesquisadora a perceber que o envelhecimento não é uma categoria abstrata e genérica que se aplica a todas as sociedades e estratos sociais. Refletir sobre o envelhecimento é refletir sobre si mesmo, a sociedade na qual se está inserido e sobre a humanidade e, por isso mesmo demanda cuidado por parte dos estudantes de todos os níveis acadêmicos. Saber que o envelhecimento é um processo biológico é básico, mas mais importante é questionar as bases históricas e sociais que definem o que é ser velho e a quem é dado o direito de envelhecer. Daí a necessidade de se

* A pesquisa em questão é uma tese de doutoramento intitulada *A velhice invisível: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte* defendida na FAFICH/UFMG, em dezembro de 2004.

perceber, em primeiro lugar, que existem inúmeras velhices, e ter claro de qual delas se deseja tratar e como é possível abordar o tema.

Para organizar melhor a discussão, o texto apresenta alguns subitens que discorrem sobre as mudanças demográficas ocorridas no Brasil e no mundo nos últimos anos, e algumas projeções: como o conceito de velhice foi construído socialmente e de que forma esse discurso se pautou nas questões relacionadas à previdência social; quais as críticas atuais à construção social do envelhecimento. Por fim, são apresentadas algumas abordagens metodológicas para o estudo do fenômeno e alguns cuidados que o pesquisador deve ter ao tratar o objeto de pesquisa.

Apontamentos sobre a transformação demográfica mundial

Apesar de ser um fenômeno mundial, a aceleração do envelhecimento populacional se

torna mais acentuada nos países e regiões de desenvolvimento econômico e social mais recente, como é o caso da América Latina e Caribe. Estes apresentam hoje uma taxa de crescimento desse contingente populacional em torno de 3%, com tendência a crescer para 4% ainda nas primeiras décadas deste século. Tais modificações têm produzido um estreitamento na base das suas pirâmides demográficas. Em termos absolutos, em 2025 prevê-se chegar a 62 milhões de pessoas acima de 60 anos na América Latina e Caribe, sendo que em cada quatro pessoas idosas, uma terá mais de 75 anos (ONU³⁴, 1997 a, p.27-28).

Em praticamente todos os países desenvolvidos a taxa de natalidade é inferior ao necessário para a manutenção da reposição das gerações. A Itália é um exemplo de país com rápido envelhecimento populacional, que hoje possui um modelo de pirâmide etária semelhante a outros países ricos do hemisfério norte (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Pirâmide Etária da Itália em 2000.

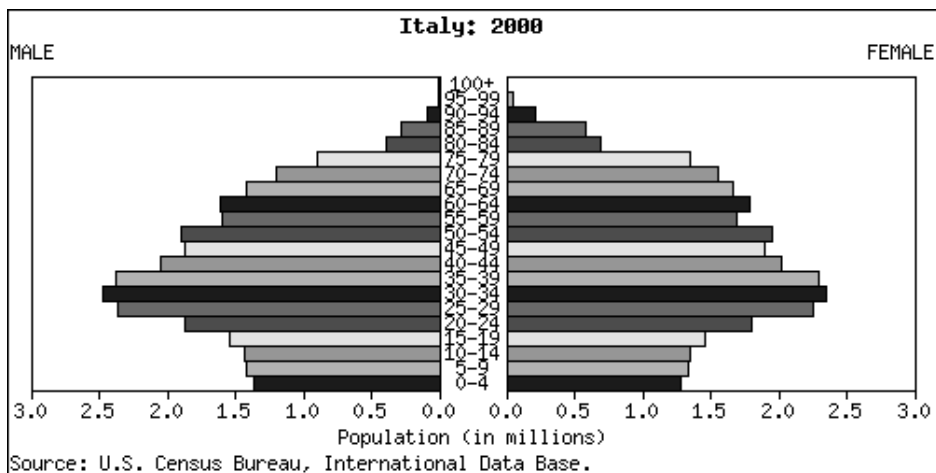
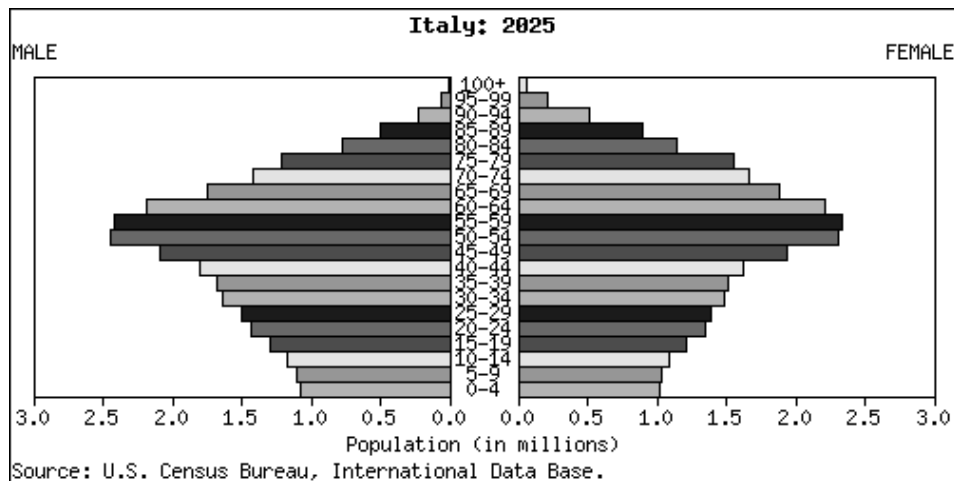


Figura 2: Pirâmide Etária da Itália em 2025.

Percebem-se nas figuras 1 e 2 as configurações etárias atuais da Itália atuais e as previstas para a década de 2020. Interessante notar a progressiva diminuição da base da pirâmide, que representa os grupos mais jovens, e o aumento muito significativo dos estratos mais velhos, acima dos 80 anos. Vale chamar a atenção também para a concentração populacional maior no centro, que representa a população de 50 a 64 anos.

No Brasil, a partir da década de 1960 iniciou-se um processo de desaceleração do ritmo anual de crescimento populacional. Entre os anos de 1980 e 1991, esse declínio alcançou seu ponto máximo, uma taxa anual de 1,94%. A população acima de 65 anos em 1991 superou os sete milhões, o que significou um ganho médio anual de 210.492 idosos na referida década. As pessoas passaram a viver mais e a expectativa de vida saltou de

41,5 anos em 1940 para 65,6 anos em 1991 (Berquó⁷, 1999, p.13-15).

O Censo de 2000 demonstrou que temos 14,5 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. A representação desse grupo na população geral cresceu nas últimas três décadas e a representação das crianças diminuiu.

As pirâmides etárias se modificam com o passar dos anos. A base, que demonstra os grupos das faixas etárias mais baixas, diminui gradualmente à medida que o centro e o cume se alargam. As figuras 3, 4 e 5 demonstram as mudanças etárias no Brasil.

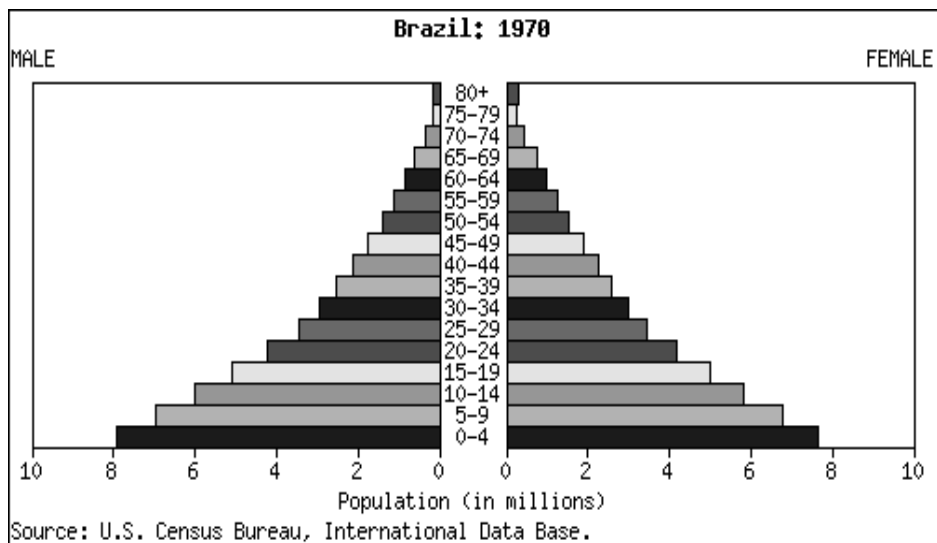
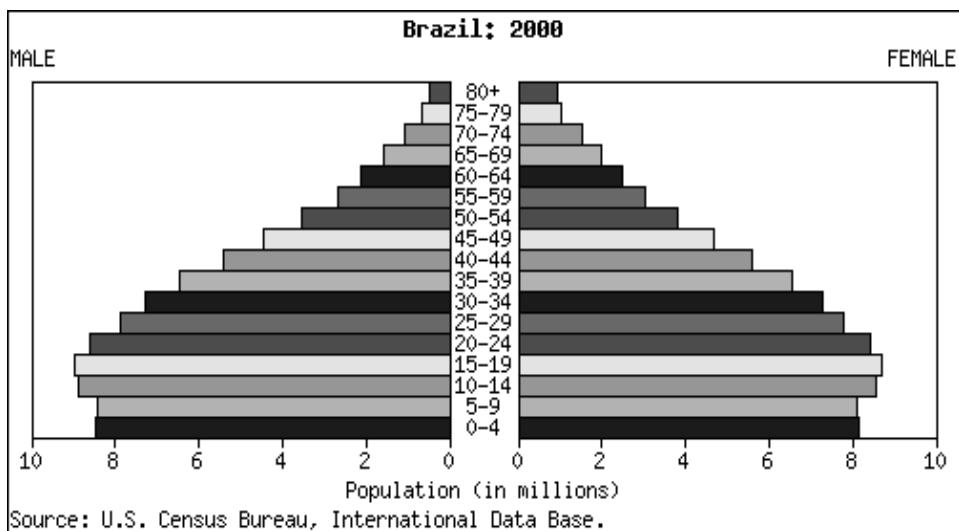
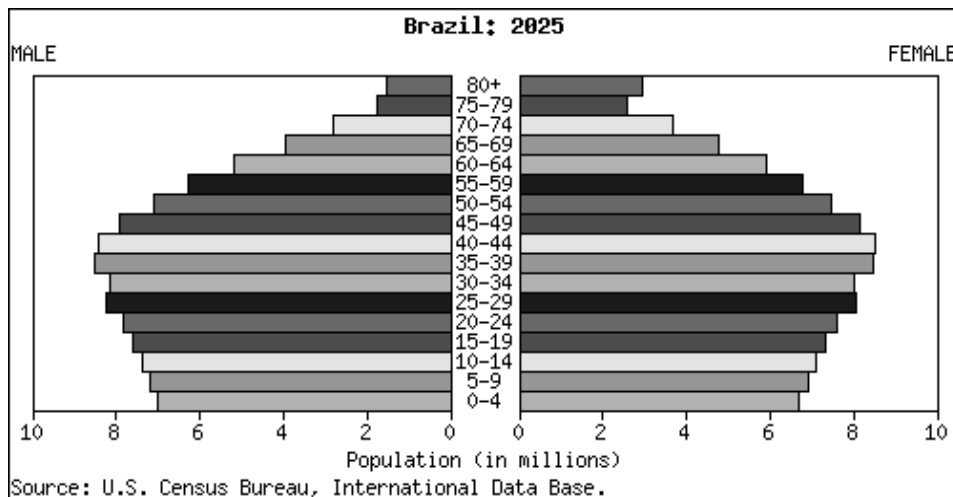
Figura 3: Pirâmide Etária Brasileira em 1970**Figura 4:** Pirâmide Etária Brasileira em 2000

Figura 5: Pirâmide Etária Brasileira em 2025

Pode-se perceber nas figuras 3, 4 e 5 que a forma piramidal original se transfigura gradualmente para uma forma mais quadrada, processo semelhante ao de países ricos. Ao se comparar a década de 1970 com 2025, é possível visualizar que, no primeiro caso, as crianças representam o maior contingente populacional, enquanto que no segundo as faixas mais representativas são as de 35 a 40 anos e 40 a 44 anos. Além disso, há também um aumento expressivo dos grupos etários acima de 60 anos, com sobrevida das mulheres.

Esta transformação significa que, gradualmente, países mais ou menos industrializados são forçados a se adaptar a uma realidade diferente. O aumento do número de aposentados movimentará uma crescente fatia do mercado e estes novos atores têm procurado maior participação na sociedade por meio da

inserção em grupos geracionais. Universidades, cursos, centros, programas de turismo e demais serviços voltados para o que se convencionou chamar de “terceira idade”, vêm proliferando nas cidades de grande e médio porte.

Contudo, velhice não pode ser interpretada pelas Ciências Sociais como uma categoria única, abstrata, desprovida de pressupostos econômicos, sociais e históricos. Nas sociedades contemporâneas convivem lado a lado as diversas velhices: dos pobres, dos ricos, das camadas médias, dos inválidos, dos que mantêm sua autonomia, do trabalho e a do lazer, a rural e a urbana, a excluída e a inserida na luta pelos direitos, a de homens e a das mulheres, dos asilados e dos chefes de domicílio, e assim por diante. Por isso, o ideal seria não se falar a respeito da velhice, mas sim a respeito *das velhices*.

Velhice: trajetória da construção de um conceito

O envelhecimento populacional vem ocorrendo progressivamente há várias décadas, porém passou a constituir um problema social quando começaram a surgir os porta-vozes dos idosos e, conforme Lenoir³¹ (1998), para que um fenômeno se torne um problema social, “...*não basta que encontre agentes socialmente reconhecidos como competentes para examinar sua natureza e propor soluções aceitáveis; ainda será preciso, de alguma forma, impô-lo no cenário dos debates públicos. Por exemplo, a denúncia da condição da mulher pelos movimentos feministas nos anos 1960-70, foi acompanhada por um trabalho de mobilização. Tal fenômeno pressupõe uma instrumentação elaborada, como a criação de “grupos” cujas funções são, simultaneamente, materiais (divisão do trabalho de informação e difusão) e simbólicas (dar a enunciados singulares a força de um “trabalho coletivo”)*” (Lenoir³¹, 1998, p.88-9).”

No caso da velhice, a Gerontologia* se coloca como a voz máxima do discurso a respeito do tema, porém, a cada dia, mais e mais especialistas se empenham na construção de um discurso coeso de classificação e normalização do “problema social do envelhecimento”.

Em torno do tema muitas forças se organizam, e os diversos setores da economia observam aí uma oportunidade de ouro para aumentar seus lucros. Vários segmentos profissionais se mobilizam para atender às novas demandas geradas pelos “novos velhos”. Especialistas como psicólogos, sexólogos, animadores culturais, geriatras, gerontólogos, turismólogos, etc. chegam ao mercado e a demanda por tais profissionais vem crescendo com o passar dos anos.**

A indústria farmacêutica e a do lazer canalizam esforços para o lançamento de produtos que atendam a parcelas crescentes da população que buscam mais e melhores alternativas para manter-se jovem a qualquer custo. Gradualmente, países com maior ou menor grau de envelhecimento populacional, vêm surgindo na velhice um novo problema social comum, e conseqüentemente, vêm enfrentando as novas configurações e relações intergeracionais como algo “normal”. As terminologias tornam-se generalizadas, como é o caso da *terceira idade****, bem como as normas e condutas que devem orientar esta “nova” etapa da vida.

Percebe-se então, a partir do pensamento de Lenoir³¹ (1998), que o surgimento da ve-

* Moody33 (1988), ao defender uma interferência maior das ciências humanas nos estudos do envelhecimento, aponta a contribuição salutar destes diferentes olhares sobre o problema. Segundo o autor, ao chamar a si a responsabilidade pelo estudo e produção do conhecimento sobre o idoso, a gerontologia, esconde sob uma abordagem positivista, um vazio teórico que a impede de atingir os diferentes domínios da ciência como, por exemplo, a determinação causal. Por isso, adota como sua a teoria construída por outras ciências.

** Debert e Simões¹⁴ (1994, p. 38) assinalam a formação, ou melhor, a “nova roupagem” de especialistas destinados ao trabalho com a terceira idade, que surgiu em conseqüência da negação da velhice ocorrida no século passado, primeiramente na França e divulgada mundialmente. Nova nomenclatura é, portanto, criada justamente em oposição às mais antigas, como terceira idade x velhice, animador cultural x assistente social, aposentadoria ativa x aposentadoria passiva, individual x coletivo, e assim por diante.

*** Ao analisar os termos classificatórios da velhice, Peixoto³⁵ (1998) percebe diferenças claras entre a denominação de velho (identificado com a pobreza), idoso (impreciso e respeitoso) e terceira idade (criado na França do pós-guerra e

lhice enquanto problema social não se fez espontaneamente com base nos dados demográficos, mas a partir de uma vontade coletiva que, por sua vez, deu início a um trabalho de organização, aglutinação de dados e divulgação de um discurso autoconsiderado competente.

Para que o problema se torne social e não privado, não basta que a luta pelos direitos tenha como porta vozes um grupo já instituído de *experts* no assunto. É necessário o problema tome proporções nacionais (no caso da chamada *nova geração de idosos*, as proporções são mundiais), saindo de forma determinante do âmbito privado para o público.*

O discurso que hoje se tornou hegemônico a respeito da terceira idade não partiu dos próprios idosos, mas de seus porta-vozes. Ao tratar do movimento feminista, o autor faz uma comparação com o movimento da terceira idade. Segundo o autor, pode-se afirmar que a visibilidade alcançada por tal movimento se deu pela articulação e a militância das próprias mulheres. No caso do idoso, todo processo de organização do movimento da terceira idade (se é que pode ser chamado de movimento) foi conduzido por

uma elite de intelectuais e especialistas que percebeu a inserção e o maior papel social que os idosos das últimas décadas poderiam exercer nas sociedades capitalistas.

Gradualmente, o problema da velhice tornou-se preocupação do Estado, que, a partir das novas demandas, elaborou um conjunto de medidas – regulamentações, alocação de verbas e equipamentos – e designou elementos do próprio *staff* para tratar de problemas relacionados aos idosos. Esse processo teve um maior avanço a partir dos anos 1960, mas desde o século XIX os idosos são pauta de ações do Estado.

O Estado, em vários países europeus do século XIX, pressionado pelos trabalhadores e pelas elites preocupadas com o crescimento da mendicância e da criminalidade, adotou medidas para afastar das ruas os trabalhadores incapazes de exercer ofício. Neste rol estavam incluídos os idosos, as viúvas, os deficientes e os malandros. Assim, mesmo antes de ser considerada um problema social, a velhice assumiu a forma de um problema humanitário, objeto da filantropia e reflexo da lógica de exclusão da acumulação capitalista.**

identificado com a autogestão do envelhecimento bem-sucedido). Vera³⁹ (1993) também aborda os termos *3a idade* e *mayor*, porém associa os termos com tentativas contemporâneas de negação e ocultação da velhice. Vincent⁴⁰ (1992) compactua com essa idéia, porém demonstra que revistas destinadas aos aposentados excluem de seu vocabulário os termos como “terceira idade” e “pessoas idosas”, substituindo-os por “pessoas de tempo livre”. Tais revistas trazem as mais recentes estratégias antienvhecimento, como tinturas para os cabelos, tratamentos de pele, plásticas, tratamentos revitalizantes, regras de alimentação e demais conselhos para os que reconhecem que os prazeres do sexo não terminam nos chamados anos dourados.

* A constituição da idéia da velhice como problema social e como questão pública é abordada também por Minayo e Coimbra Jr.³² (2002).

** Segundo Souza³⁸ (1994, p.2), com o advento das sociedades urbano-industriais capitalistas, o contato dos transeuntes das cidades com a pobreza tornou-se um tormento para a burguesia. A repressão policial tradicional, e o isolamento espacial do pobre, ainda no século XIX, revelaram-se insuficientes para resolver o problema da manutenção da ordem e para a criação de uma visão de mundo que pregasse a capacidade de todos os indivíduos de se inserir no mercado capitalista.

Velhice do Trabalhador: um problema para a acumulação capitalista

A velhice começou a se tornar preocupação do Estado na Europa no final do século XIX, embora a expectativa de vida em 1801 fosse de 30 anos e, em 1850 fosse de 38 anos para homens e 41 anos para as mulheres. No início do século XX essa média mudou para 48 anos para homens e 52 para mulheres (Perrot³⁶,1994).^{*} Mesmo com um contingente populacional muito menor de idosos do que hoje, a implantação da aposentadoria na França provocou reação das camadas conservadoras, que alegavam a perda do papel da família no cuidado de seus velhos. Até então, o envelhecimento dos membros da família era tratado no âmbito privado. Com a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, entre outras mudanças sócio-históricas, houve progressiva modificação do quadro familiar.

A distinção entre a velhice burguesa e a operária era grande já nessa época. Perrot³⁶ (1994, p.255) revela os índices de mortalidade em Paris entre os anos de 1911 e 1913. Embora os censos na época fossem bastante imprecisos, vale ressaltar que, enquanto nos distritos burgueses a mortalidade era de 1,1%, nos distritos populares a mortalidade era de 1,65% ao ano. Os burgueses e os profissionais liberais afastavam-se do trabalho por ve-

lhice, por conta própria e entre os operários, apenas os trabalhadores do Estado, das companhias ferroviárias e de alguns grandes estabelecimentos industriais conseguiam se aposentar pela previdência.

A instituição da aposentadoria aos mais pobres acabou por assegurar aos aposentados um direito conquistado, mas também associou ao grupo a idéia de incapacidade para a produção. Como no princípio o idoso assegurado pelo

Estado era o mais pobre, tal associação acabou por conferir aos aposentados a identificação com a pobreza. O Estado passou, então, a assumir o sustento vitalício dos velhos trabalhadores incapacitados para o trabalho, por meio da aposentadoria e da criação de asilos públicos.

As dificuldades da previdência pública não existem somente no Brasil. Progressivamente o número de pessoas idosas cresceu no mundo, e com ele o receio de que o sistema previdenciário baseado na repartição simples (contribuição dos trabalhadores da ativa sustenta os gastos com os aposentados e pensionistas) esteja fadado à falência.

Novos profissionais da área do Direito previdenciário e economistas também começaram a se inserir no debate sobre a situação e o futuro da previdência social no mundo.

^{*} Laslett³⁰ (1977, p.188-191) encontrou dados diferentes de Vincent⁴⁰ (1992), ao pesquisar os registros europeus. Segundo o autor, na Inglaterra a expectativa de vida ao nascer na segunda metade do século XVI já era de 45 anos (sem registro de distinção entre homens e mulheres). Nos outros países europeus a expectativa de vida era menor, sendo que na França era de 30 anos (mais ou menos dois anos), entre 1675 e 1775, e 41 anos para as mulheres em 1821. Importante mencionar que, guardada a proporção dos erros cometidos pelos registros populacionais entre os séculos XVI e XVIII, o percentual de idosos (acima de 60 anos) em diversas cidades inglesas girava entre 5,9% e 19,1% da população total.

Esses especialistas, juntamente com gerontólogos, políticos, demógrafos e médicos especializados em Saúde Pública ou não, em poucas décadas, construíram um discurso que Lenoir³¹ (1998) chama de “envelhecimento como perigo nacional”.

O discurso demonstra, por meio de projeções demográficas, que o crescimento da população idosa no mundo tornou-se uma ameaça à estabilidade social e econômica dos diversos países. Cotidianamente a mídia passa à população notícias sobre o “assustador” aumento do número de pessoas idosas. Agências internacionais também prevêem um futuro obscuro para jovens e velhos. Tal diagnóstico norteia o discurso oficial de muitos países (entre eles o Brasil), que adotam medidas emergenciais para aumentar o tempo de serviço do trabalhador e, conseqüentemente, diminuir o déficit da previdência social.

A respeito desta ótica negativa de análise do aumento da população idosa, Cabré¹⁰ (1993) também segue a linha crítica de Lenoir³¹ (1998), porém seus argumentos são dirigidos para questões pontuais como, por exemplo, a relação de dependência*.

Segundo a autora, o problema da falência previdenciária decorrente do aumento da re-

lação de dependência não leva em consideração que os aposentados de hoje pagaram suas aposentadorias antecipadamente. Esse problema está hoje muito mais relacionado à gestão dos sistemas previdenciários do que à questão demográfica. O peso dos fatores socioeconômicos também tem sido subestimado. A crescente informalidade, as idades de entrada e saída do mercado de trabalho, os níveis de ocupação (principalmente feminina) e os níveis salariais dos mais jovens, que constituem as bases para a cotização, são variáveis fundamentais para a discussão da chamada crise mundial previdenciária.**

Paralelamente à fala de Cabré¹⁰ (1993) pode-se acrescentar a diminuição acelerada dos postos de trabalho no mercado formal, o desemprego crônico e a falta de preparo dos jovens para ocupar postos de trabalho que exigem atualmente níveis de escolaridade e conhecimento extra-escolar (como informática, línguas estrangeiras, etc) maiores do que há poucos anos atrás. É certo que estas questões se apresentam em diferentes graus e de diferentes formas, nos diversos países; porém, pode-se afirmar com segurança que têm ocorrido transformações profundas no mundo do trabalho.***

* A relação de dependência é um indicador demográfico extraído da divisão do número de pessoas menores de 10 anos e maiores de 65/ número de pessoas de 10 a 64 anos.

** Vera³⁹ (1993) compactua com o ponto de vista de Cabré¹⁰ (1993) e acrescenta que a retirada das pessoas cada vez com idades inferiores do trabalho, a fim de abrir espaço para os mais jovens, em muitos casos constitui uma falácia. Camarano & Ghaouri¹¹ (1999) demonstram que a situação não é tão simples e existem diversos fatores a serem discutidos ao se pensar em dependência.

*** Hoje têm se multiplicado as pesquisas a respeito das transformações do trabalho e do mercado de trabalho. Apesar de este ser um profícuo e interessante campo de pesquisa, como referência serão citados apenas alguns autores brasileiros e internacionais, como Antunes^{1,2} (1995, 2002), Forester²⁰ (1997), Gorender²³ (1997), Harvey²⁹ (1994), entre muitos outros.

A intensidade com que especialistas, pesquisadores e representantes do governo discutem o assunto, revela quão complexo é o problema. No Brasil, por exemplo, em 1940 havia 31 contribuintes para cada beneficiário. Nos primeiros anos da década de 1980, a relação era de 2,9 contribuintes para cada beneficiário; Em 1999, a situação era de 1,7 contribuinte para cada beneficiário (Beltrão & Oliveira⁵, 1999, p.309).

O marco da idade para a aposentadoria é um dos grandes problemas a serem enfrentados pelos governantes, haja vista as reformas previdenciárias ocorridas nas últimas duas décadas. A fixação da idade para deixar o trabalho tem sido um instrumento dos governos para reduzir os gastos com os idosos aposentados e pensionistas, mais longevos do que nunca. Como todas as leis, as referentes às recentes mudanças previdenciárias, diga-se de passagem, pautadas pelas falas dos especialistas, apresentam questões muito mais complexas do que o aumento do número de aposentados e pensionistas.

O estabelecimento de uma idade cronológica fixa para a transferência do indivíduo do mundo do trabalho para o do não-trabalho é uma questão que não pode deixar de ser analisada, porque envolve o problema da generalização dos indivíduos, já mencionado.

No momento em que se fala e escreve muito a respeito da fluidez dos limites entre as etapas da vida, em que se discutem os pres-

supostos da velhice e a diminuição das fronteiras entre o velho e o novo, o estabelecimento de uma idade cronológica para a aposentadoria parece anacrônico.

Vincent⁴⁰ (1992) apontou o que um crescente número de antropólogos e sociólogos vem discutindo. Segundo ele, ao se tornar aposentado o indivíduo percebe a ampliação da desigualdade social. O estado físico e mental em que a pessoa chega à aposentadoria depende de sua vida laborativa. Os que exerceram trabalhos manuais foram os menos instruídos e os que possuem condições de saúde piores, também foram os que tiveram pior remuneração e uma vida profissional longa, com tarefas duras e pouco gratificantes. Seu lazer, conseqüentemente, também foi pouco e composto sobretudo por atividades físicas e manuais.*

Questões como as colocadas pelo autor têm sido tema de reflexão para as Ciências Sociais atualmente: envelhecemos igualmente? O quão determinantes são para o indivíduo as idades de 60 ou 65 anos? É permitido sentir-se velho? A velhice é a mesma para todas as sociedades? Além destes, outros questionamentos têm sido feitos por pesquisadores, como sociólogos, antropólogos e historiadores, que, ao contrário de muitos especialistas em envelhecimento, estão mais preocupados em desconstruir um conceito do que em construí-lo.

* A respeito da visão atomizada do ser humano e a pseudodivisão entre adultos e velhos ou trabalhador e aposentado, entre outros ver: Bosi⁸ (1979); Debert & Simões¹⁴ (1994); Dumazedier¹⁵ (1976); Haddad^{26,27} (1986; 1991); Vera³⁹ (1993).

O que é ser velho? Desconstruindo conceitos

É inegável que a velhice é constituída de atributos biológicos e sociais. Especialistas na área têm abordado a questão do envelhecimento sob a ótica da decadência física e procurado, cada dia com maior intensidade, prolongar o ciclo biológico do ser humano, oferecendo aos idosos melhores condições de autonomia e controle das doenças que afligem representativa parcela dessa população. Contudo, o discurso gerontológico proferido por esses especialistas, pelos meios de comunicação e mídia, grupos de terceira idade e pelas políticas públicas destinadas aos idosos se massifica e contribui de forma decisiva na construção de um pensamento que se pretende hegemônico. Ao abordar a velhice como uma universalidade abstrata, ela passa a representar nada mais do que uma etapa natural do ciclo biológico do ser humano e à qual todos estão igualmente sujeitos. Esta tentativa de universalizar as diversas velhices presentes em grupos, sociedades e culturas tão distintas é o que Haddad²⁶ (1986) chamou de “ideologia da velhice”.

A velhice reificada aparece para a sociedade como caminho inexorável, o qual pode ser suavizado na medida em que as pessoas coloquem em prática os preceitos médicos e técnicos, visando a tornar essa fase da vida “menos dolorosa”. O processo de reificação da velhice é o ponto máximo da objetivação, que faz com que o mundo criado pelo pró-

prio ser humano perca a inteligibilidade e se institua como algo sobre-humano e inerte.*

Compreender como a velhice é social e historicamente construída tem sido o papel dos estudiosos das Ciências Sociais. Uma dificuldade para o pesquisador na sociologia do envelhecimento é o fato de ser ele mesmo o próprio objeto de análise. Seja concreta e imediatamente, ou virtual e em um tempo futuro, a velhice se coloca para o pesquisador como um destino inexorável. Ao contrário da adolescência, não é transitória e tem como ponto de chegada, a morte. Como colocou Elias¹⁷ (2001, p.80), é a “falta de empatia” com a velhice, por parte de pesquisadores mais jovens, que impede a proliferação de pesquisas nesse campo. “*Não é fácil imaginar que nosso próprio corpo, tão cheio de frescor e muitas vezes de sensações agradáveis, pode ficar vagaroso, cansado e desajeitado. Não podemos imaginá-lo e, no fundo, não o queremos. Dito de outra maneira, a identificação com os velhos e com os moribundos compreensivelmente coloca dificuldades especiais para as pessoas de outras faixas etárias. Consciente ou inconscientemente, elas resistem à idéia de seu próprio envelhecimento e morte tanto quanto possível.*” (Elias¹⁷, 2001, p. 80)

De acordo com Debert¹³ (1999), a Gerontologia, criada nos meados do século XX, vem-se consolidando como a disciplina por excelência no estudo da velhice, porém, como todo campo do saber, possui diversas correntes internas que defendem cada qual sua ótica no estudo do envelhecimento e, conseqüentemente, a proposição de questões e de

* A respeito da reificação do mundo enquanto objetivação máxima dos produtos da ação humana, consultar Berger & Luckman⁶ (1985).

práticas que possibilitem o que é comumente chamado de envelhecimento bem-sucedido*.

Muitos autores compactuam com a idéia de que as divisões entre as idades são arbitrárias. Quem é velho e quem é jovem? Para uma criança de cinco anos, uma pessoa de 40 já é velha, para um idoso de 80 anos, um outro de 60 é jovem. Assim, nos anos 1950 ser velho significava manter uma conduta de recato, discrição, virtude e retirada da vida pública, principalmente para as mulheres. Hoje, as prescrições práticas formuladas pelos especialistas para a terceira idade, independentemente do sexo e do estado civil, recomendam a dança, o exercício físico, o namoro e a atividade sexual.

Historicamente, a fronteira entre a velhice e a juventude já era disputada no século XVI, quando os mais velhos propunham aos mais jovens uma ideologia da virilidade, combinada com a virtude e a violência. Segundo esses idosos, esta era a fórmula para manter o poder. Já na Idade Média, os patriarcas expandiam o máximo possível a juventude de seus filhos para que os mesmos não adentrassem na vida adulta e, conseqüentemente, reivindicassem a participação no poder (Bourdieu⁹, 1983, p.112).

Conforme exposto anteriormente, os conceitos de juventude e velhice são abstratos e a

relação entre idade biológica e idade social é complexa. Quanto tempo dura a juventude de uma garota de classe média que dedica seu tempo integral aos estudos, e quanto tempo dura a juventude de uma jovem que aos 14 anos trabalha para auxiliar no orçamento da casa?

Ao se perceber que o próprio tempo é socialmente construído**, pode-se compreender que as demarcações etárias são fluidas e dependem, logicamente, do contexto em que o indivíduo se insere, conforme coloca Bourdieu⁹ (1983, p. 113). *“Isto é muito banal, mas mostra que a idade é um estado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente.”****

Vera³⁹ (1993) e Barenys³ (1993), assim como Bourdieu⁹ (1983), também criticam a tentativa de classificar as idades como grupos etários. Segundo os autores, ao se falar em grupos etários deixa-se clara a tentativa de se homogeneizar o que é invariavelmente heterogêneo e naturalizar aquilo que tem raízes intrínsecas na cultura e na sociedade capitalista contemporânea. Em síntese, é impossível agrupar homens, mulheres, negros, brancos, pobres e ricos em uma única categoria, pois cada idade está plena de significado social e expectativas sociais que variam no tempo e

* O termo “envelhecimento bem-sucedido” tem sido amplamente divulgado pela mídia e utilizado por geriatras, gerontólogos e psicólogos para definir o envelhecimento com boa saúde e com autonomia. É mais uma expressão que cai na generalização e está atrelada à noção de que todos têm direito à velhice bem-sucedida, desde que sigam o que se denominou anteriormente de preceitos técnicos e médicos difundidos também pelas agências gerontológicas. Para uma discussão mais elaborada sobre o tema, ver Debert¹³ (1999).

** Elias¹⁷, em seu livro *Sobre o tempo* (1998), faz uma brilhante exposição a respeito da construção social do tempo.

*** Grifos da autora.

no espaço. Isso se o foco estiver centrado somente nas sociedades modernas ocidentais; se, ao contrário, o foco for ampliado, é possível perceber, por meio dos estudos transculturais, que o conceito das idades demarcadas se amplia mais ainda.

Além de Beauvoir⁴ (1976), KimmeI²⁵ (1980) demonstra que o *status* dos idosos e as experiências de envelhecimento variam enormemente de uma cultura para outra. Algumas culturas honram seus idosos, outras consideram apenas aqueles que mantêm boa saúde e poder sobre os mais jovens; outras, ainda, levam seus idosos à morte no momento em que estes deixam de cuidar de si próprios* e em outras, os idosos vivem como os jovens. O *status* e o prestígio também variam de cultura para cultura. Em algumas sociedades o prestígio está relacionado ao número de esposas, que aumenta com a idade; além disso, somente ao patriarca é dado o poder de escolher as esposas para seus filhos. Já o trabalho de Rifiotis³⁷ (1998) a respeito da representação da velhice entre os negros africanos (grupo banto-falantes) demonstrou uma realidade de conflitos constantes entre jovens e velhos. Nessas sociedades, ao mesmo tempo em que a velhice representa o conhecimento, também é rejeitada porque simboliza um impedimento para a criação do novo.

A velhice também se constituiu historicamente. Elias¹⁷ (2001) aponta o processo contínuo de isolamento dos idosos e dos mori-

bundos. Nas sociedades pré-industriais, o envelhecimento e a morte eram acompanhados pela coletividade e os espaços ocupados no nascimento e na infância são os mesmos nos instantes finais da vida. A publicização desses momentos vividos numa família extensa, como também a presença constante de parentes e amigos durante o envelhecimento e morte, não eram garantia de que tais pessoas teriam momentos felizes ao final da vida.

O autor associa a solidão dos velhos e moribundos ao avanço da sociedade moderna e ao crescente processo de subjetivação, que provoca no indivíduo um fortalecimento daquilo que o autor denomina de *identidade-eu* e o enfraquecimento da *identidade-nós*, pois a convivência familiar e grupal, tão forte nas sociedades pré-industriais (pequenas aldeias, tribos e vilarejos), torna-se muito menor nas cidades industriais. Com esta mudança de identidade, a sociedade moderna trouxe também uma nova consciência moral, isto é, um novo conceito de solidariedade desvinculado da relação de auxílio mútuo entre parentes e membros do mesmo clã (Elias¹⁶, 1987).

Aos poucos a sociedade contemporânea elimina as formas tradicionais de relacionamento intrinsecamente ligadas com a *identidade-nós*, possuidora de um *habitus*** próprio e, ao estimular a *identidade-eu*, faz surgir também um *habitus* diferente. Conseqüentemente, o indivíduo passa a contar mais consigo próprio, pois a força de apoio (e igualmente de

* O filme "A Balada de Narayama" é um belíssimo exemplo dos conflitos que decorrem da pressão sociocultural pelo abandono dos idosos para a morte solitária.

** Segundo o autor, o *habitus* é um estilo, uma forma de agir, bem como a produção de representações específicas de um grupo que são incorporadas pelo indivíduo (p.50-1).

coerção) representada pela família extensa e o clã já não existe mais, ou melhor, continua a resistir nos momentos em que o indivíduo busca calor afetivo, afeição pelos outros e o desejo de interação. Conforme relata o autor: “Ao lado da permanência reduzida, surgiu uma permutabilidade maior dos relacionamentos, uma forma peculiar de *habitus social*. Essa estrutura de relações requer do indivíduo maior circunscrição, formas de autocontrole mais conscientes e menor espontaneidade dos atos e do discurso no estabelecimento e na administração das relações.” (Elias¹⁶, 1987, p.167)

Pode-se dizer que a *identidade-nós*, para Elias¹⁶ (1987), tem um sentido similar ao que Giddens²² (2000) denominou de tradição, embora, para o segundo, a tradição esteja muito mais relacionada ao rito do que em Elias¹⁶. Segundo Giddens²², a desconstrução deste mundo tradicional não é negativa porque ela traz em si uma transparência maior nos relacionamentos e uma comunicação entre os indivíduos, muito mais afetiva do que aquela centrada nos papéis sexuais tradicionais*.

Este processo de individuação e de auto-responsabilização está presente na representação da velhice nas sociedades industriais. Informações, amplamente veiculadas pela mídia para o público leigo, pregam a velhice ativa e responsabilizam o indivíduo pelo sucesso ou fracasso de seu envelhecimento. Tais conhecimentos postulam que a velhice é um momento feliz da vida, quando o lazer e o

prazer de viver superam as possíveis limitações físicas. É essa a imagem da velhice presente nos grupos de terceira idade e nas demais agências gerontológicas. “O presente é o momento em que os padrões da velhice são radicalmente transformados em uma experiência cheia de atividades prazerosas e joviais. É em torno dessas transformações que as pautas dessas reportagens são produzidas, como se o mesmo, constantemente reiterado inclusive pela própria mídia, fosse novidade revelada por cada matéria.” (Debert¹³, 1999, p.221).

Cole¹² (1992) demonstra que as raízes da auto-responsabilização do indivíduo pelo envelhecimento estavam presentes na América Vitoriana. Seja no discurso dos pastores ou nos livros editados nos meados do século XIX, a responsabilidade em se alcançar uma velhice boa ou má já recaía exclusivamente sobre o próprio indivíduo. Essa época presenciou o surgimento do que o autor denominou de “velhice civilizada”. “As the crown of a lifetime’s virtuous effort, “civilized” old age did not always live up to its billing. Therefore, self-help manuals often made room for different aspects of “civilized” old age, which might yield a more integrated and varied experience. These fell into two basic categories: (1) the maintenance of health, character, usefulness, and activity as long as possible; and (2) the deepening of one’s religious faith and spiritual life to offset physical and social losses. A minority of writers include the life review in this second category, instructing their readers to engage in retrospective and prospective reflections...” (Cole¹², 1992, p.146).**

* Giddens²² considera a família como o principal reduto da tradição

** Como coroamento pelo esforço por manter uma vida virtuosa, a velhice ‘civilizada’ nem sempre era tão boa quanto se esperava. Entretanto, os manuais de auto-ajuda frequentemente faziam uma lista de diferentes aspectos da velhice “civilizada”, a qual deveria proporcionar uma experiência mais integrada e variada. Esta se baseava em dois preceitos básicos: 1- manutenção da saúde, do caráter, utilidade, e atividade o quanto fosse possível; e 2 - uma profunda fé religiosa e vida espiritual para compensar as perdas físicas e sociais. Uma minoria de escritores incluía a revisão de vida na segunda categoria, instruindo seus leitores a se envolver em uma reflexão retrospectiva e prospectiva...” (tradução nossa).

Ao discutir as raízes das agências gerontológicas, Guedes²⁴ (2000) faz uma análise crítica dos programas que propõem o surgimento de um “novo velho” por meio de parâmetros homogeneizantes de disciplinarização, da auto-avaliação e da consequente percepção que os idosos elaboram de si, a partir da produção de novos sentidos para uma etapa recortada de sua trajetória de vida.

Assim, comparando o discurso da América Vitoriana e o atual, percebe-se que as normas para um bom envelhecimento não mudaram muito, mas se expandiram pelo mundo e ocuparam espaço na mídia e nos discursos de especialistas.

A pesquisa sobre o envelhecimento: metodologias e armadilhas

Acredita-se que, ao longo deste texto, ficaram claros os riscos de se pesquisar a velhice como categoria isolada, mas vale ressaltar o que importantes autores da área colocam. Fennell; Phillipson & Evers¹⁹ (1989) alertam para a dicotomia velhice boa/velhice má e apontam questões próximas às de Debert¹³ (1999). Para eles, a questão da velhice perpassa mais pelas dificuldades em se tratar o objeto – tão cercado de tabus e tão naturalizado, como indica Elias¹⁷ (2001) –, do que propriamente por um olhar míope dos cientistas sociais.

Segundo aqueles autores, um risco que os pesquisadores correm é de tratar o envelhecimento sob a ótica das necessidades do grupo (*welfareizing*). Isso faz com que os idosos sejam vistos como diminuídos e necessitados

de auxílio, sendo então observados como diferentes. Eles são tratados como “pobrezinhos” (*poor dears*) que devem ser tutelados, pois estão em desvantagem em relação aos mais jovens.

Uma outra abordagem, denominada de modelo patológico, só observa os idosos do ponto de vista da doença. Assim, considerados incapazes para o trabalho e para a vida ativa, eles são vistos como inferiores, e os idosos saudáveis não são objeto de análise porque não correspondem a esta imagem da velhice.

A terceira dificuldade para o estudante da Sociologia do envelhecimento é o tratamento do idoso como o outro, aquele que está submetido às leis naturais. Pensando desta forma, o pesquisador percebe a pobreza, a doença, o meio em que os idosos vivem e a história de vida dessas pessoas como natural. É aí que o investigador das Ciências Sociais deve atuar como um agente de desconstrução do mito e da naturalização do mundo (que observa o envelhecimento apenas como um fenômeno biológico) (Fennell, Phillipson & Evers¹⁹, 1989).

Conforme apontado pelos autores acima, o objeto tem suas “armadilhas”. Por isso, na tentativa de compreender o cotidiano da população, acredita-se que é importante observar cuidadosamente a realidade desses idosos sem cair na generalização da situação em que estes se encontram. Embora não exista um método considerado o mais correto para se estudar a velhice, as metodologias escolhidas devem estar criteriosamente definidas e seguir

os mesmos rigores de qualquer área de pesquisa científica.

Fry & Keith²¹ (1986) também trazem em seu livro estudos de autores que expõem diferentes metodologias para o trabalho com a velhice, entre elas o estudo do curso da vida e o estudo das estratégias cognitivas na Antropologia da velhice. Os estudos do curso da vida são capazes de captar as transformações sociais pelas quais as sociedades industrializadas ou em vias de industrialização vêm passando. Esta metodologia, largamente utilizada sobretudo pela Sociologia histórica, oferece uma análise acurada do processo de envelhecimento dentro da dimensão dos estudos históricos. Sob uma ótica micro, porém com poder de generalização, os estudos do curso da vida permitem conhecer as transformações da vida individual dentro do contexto da vida familiar. Esses estudos observam os momentos de transição pelos quais passa a família e apontam os diferentes *status* vividos por esta, bem como os diferentes papéis desempenhados por seus membros ao longo da história. Assim, a principal dificuldade que o pesquisador pode ter é a falta de material histórico a respeito do cotidiano dessas famílias.

Segundo Hareven²⁸ (1987), existem três linhas bem definidas de pesquisa sobre o curso da vida. A primeira delas aborda a sincronização da vida dos indivíduos e as transformações da vida familiar. A segunda, busca a relação entre a vida individual, a vida familiar e as transformações históricas; já a terceira vertente enfoca as relações intergeracionais, sendo que todas realizam análises longitudinais.

Estas não são as únicas abordagens disponíveis para a investigação do fenômeno, o que pode gerar certa confusão para o pesquisador iniciante. Contudo, é fundamental que este reconheça qual a linha teórico-metodológica a seguir para que a investigação não se perca em dados que mais tarde, em outra etapa da pesquisa, não farão sentido.

CONCLUSÃO

Procurou-se neste artigo levantar algumas questões que se acredita serem muito importantes para todos aqueles que estudam o envelhecimento humano.

Ao tratar aspectos da demografia mundial e brasileira, demonstrou-se que a população com 60 anos e mais está aumentando rapidamente e isso traz a necessidade urgente de mudanças nos setores público e privado de todas as nações. Contudo, o crescimento do número de idosos tem sido apontado como o vilão da questionável crise do sistema previdenciário.

Durante décadas diversos países têm discutido tais questões, e muitos discursos competentes têm sido veiculados por relatórios internacionais e pela mídia. Rapidamente a velhice tornou-se um problema social e em poucos anos diversos setores da sociedade se organizaram para falar dos e pelos idosos.

O papel dos cientistas sociais é analisar criticamente o fenômeno da organização desse grupo etário e todos os problemas apontados pelo discurso competente a respeito do mesmo.

Ao se realizar uma pesquisa científica, o movimento de observação, análise e síntese é fundamental para a compreensão do fenômeno. Por isso, na busca do entendimento dos temas relacionados ao envelhecimento, o investigador necessita questionar a respeito do que se convencionou chamar de velhice na sociedade contemporânea e, para isso, a perspectiva histórica e antropológica auxilia a compreensão do objeto, na medida em que traz outros exemplos de quais eram e como eram tratados os velhos nas sociedades anteriores à nossa e em culturas distintas, contribuindo, dessa forma, para a desnaturalização da velhice na sociedade contemporânea.

Percebe-se hoje que novos estudos sobre o fenômeno têm surgido em meio ao crescente clima de insegurança quanto ao futuro da previdência social e à manutenção da vida humana no planeta. Contudo, é importante que o pesquisador questione a todo o momento o significado das mensagens proferidas por especialistas, pela previdência social e pela mídia, a fim de escolher seu tema e executar suas pesquisas sem cair nas armadilhas que nos levam a traçar esquemas explicativos generalizantes e destituídos de sentido sobre o envelhecimento.

Dessa forma, no seu processo de compreensão e desmistificação do discurso competente, que insiste em atribuir ao indivíduo a responsabilidade pelo seu envelhecimento, o pesquisador necessita ter claro quais as possíveis dificuldades que a abordagem do tema pode trazer e, para tanto, a escolha do arcabouço teórico-metodológico é fundamental para a orientação nos caminhos da pesquisa.

NOTAS

- * Docente da Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Educação. Doutorado em Ciências Humanas, Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Agradecimentos: CAPES e FAPEMIG

REFERÊNCIAS

1. Antunes R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP; 1995.
2. _____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo; 2002.
3. Barenys MP. El Significado sociológico de la vejez y de las residencias de ancianos. In: Vera PS., editor. Sociedad y poblacion anciana. Murcia: Universidad de Murcia; 1993.
4. Beauvoir S. Velhice: realidade incômoda. São Paulo: Diffel; 1976.
5. Beltrão KI, Oliveira FEB. O idoso e a previdência social. In: Camarano AA., organizadora. Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA; 1999.
6. Berger PL, Luckmann T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes; 1985.
7. Berquó E. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: Neri AL, Debert GG. Velhice e sociedade. Campinas: Papirus; 1999.
8. Bosi E. Lembrança de velhos. São Paulo: TAQ; 1979.
9. Bourdieu P. A “Juventude” é apenas uma palavra. In _____. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero; 1983.

10. Cabré A. Algunas consideraciones sobre el envejecimiento demográfico em la España y su evolucion futura. In: Vera PS, editor. Sociedad y poblacion anciana. Murcia: Universidad de Murcia; 1993.
11. Camarano AA, El Ghaouri SK. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: Camarano AA, organizador. Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA; 1999.
12. Cole TR. In a different voice: self-help and the ideal of "civilized" old age, 1850-1910. In: _____. The journey of life: a cultural history of aging in America. Cambridge: Cambridge University Press; 1992.
13. Debert GG. A reinvenção da velhice. São Paulo: EDUSP; 1999.
14. Debert GG, Simões JA. Aposentadoria e a invenção da "Terceira Idade". Textos Didáticos 1994 mar; 13(1): 31-48.
15. Dumazedier J. Relações entre trabalho e lazer. In: _____. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva; 1976.
16. Elias N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1987.
17. Elias N. Envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos. In: _____. A solidão dos moribundos: seguido de "envelhecer e morrer". Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001.
18. Elias N. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1998.
19. Fennell G, Phillipson C, Evers H. Researching Old Age. In: _____. The Sociology of old age. Philadelphia: Open University Press; 1989.
20. Forester V. O horror econômico. São Paulo: UNESP; 1997.
21. Fry CL, Keith J, organizers. New methods for old-age research: strategies for studying diversity. Massachusetts: Bergin & Garvey Publishers; 1986.
22. Giddens A; Pierson C. Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade. Rio de Janeiro: Editora da FGV; 2000.
23. Gorender J. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. Revista Estudos Avançados 1997; 11(29):311-49.
24. Guedes SL. A concepção sobre a família na Geriatria e na Gerontologia: ecos do dilema da multidisciplinaridade. Revista Brasileira de Ciências Sociais 2000 jun; 15(43): 69-82.
25. Kimmel DC. Adulthood and Aging: an interdisciplinary developmental view. New York: John Wiley & Sons; 1980.
26. Haddad EGM. A ideologia da velhice. São Paulo: Cortez; 1986.
27. Haddad EGM. A velhice de velhos trabalhadores: o cenário, o movimento e as políticas sociais. [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1991.
28. Hareven TK. Family history at the crossroads. In: Hareven TK, Plakans A, editors. Family history at crossroads: a journal of family history reader. Princeton: Princeton University Press; 1987.
29. Harvey D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola; 1994
30. Laslett P. The History of Aging and the Aged. In: _____. Family Life and Illicit Love in Earlier Generations: essays in historical sociology. Cambridge: Cambridge University; 1977.
31. Lenoir R. Objeto sociológico e problema social. In: Champagne P, et al. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis: Vozes, 1998.
32. Minayo MCS, Coimbra Jr CEA. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: _____. Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2002.

33. Moody HR. Toward a Critical Gerontology: the contribution of the humanities to theories of aging. In: Birren JE; Bengston VL. Emergent theories of aging. New York: Springer Publishing Company; 1988.
34. Organização das Nações Unidas. Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE). Envejecimiento: cuatro facetas de una sociedad para todas las edades (LC/DEM/G.174, Serie A, No 309; 1997).
35. Peixoto C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: Barros MML. Velhice ou terceira idade? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas;1998.
36. Perrot M. Figuras e papéis. In: _____. Organizador. A história da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras; 1994. v. 4.
37. Rifotis T. O ciclo vital completado: a dinâmica dos sistemas etários em sociedades negro-africanas. In: Barros MML. Velhice ou terceira idade? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas;1998.
38. Souza MA. A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte 1897-1930. [tese] Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; 1994.
39. Vera PS. Homogeneidad y diferenciacion en la tercera edad: bases para una sociología de la vejes. In: _____, editor. Sociedad y poblacion anciana. Murcia: Universidad de Murcia; 1993.
40. Vincent G. O corpo e o enigma sexual. In: Prost A, Vincent G, organizadores. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras;1992.

Recebido para publicação em 14/8/2006
Aceito em 30/11/2006

